



# Relato Financeiro

Fundo de Pensões BPI Vida PPR

2013

# Conteúdos

Pag.

---

## **Relatório de Gestão**

- 3 Introdução
  - 5 Conjuntura económica e financeira
  - 10 Investimentos
- 

## **Demonstrações Financeiras**

Demonstração da posição financeira

Demonstração de resultados

Demonstração de fluxos de caixa

Notas

Certificação do revisor oficial de contas do fundo de pensões

# Introdução

## Enquadramento

O artigo 64º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de Janeiro, determina que deve ser elaborado um relatório e contas anuais para cada Fundo de Pensões, reportado a 31 de Dezembro de cada exercício, o qual deve reflectir de forma verdadeira e apropriada o activo, as responsabilidades e a situação financeira do Fundo.

Posteriormente, na Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de Junho, na perspectiva do funcionamento eficiente do mercado de fundos de pensões, o Instituto de Seguros de Portugal define um regime global relativo ao relato financeiro aplicável aos fundos de pensões.

## Fundo de Pensões BPI Vida PPR

O Fundo de Pensões BPI Vida PPR é um fundo de pensões aberto de adesão individual, que tem como finalidade a prossecução de Planos Poupança Reforma. O seu objectivo é o de proporcionar aos seus participantes contribuintes (pessoas singulares ou pessoas colectivas) o estabelecimento de um plano de poupança reforma individual de longo prazo.

Entende-se por contribuintes as pessoas singulares que adquiram unidades de participação do Fundo ou as pessoas colectivas que adquiram unidades de participação a favor e em nome dos seus empregados.

Os participantes podem exigir o resgate do valor acumulado neste Fundo de Pensões nas condições legalmente estabelecidas para reembolso dos PPR's.

Em 2013 importa assinalar as seguintes alterações do Regulamento de Gestão do Fundo de Pensões:

- ✓ em Agosto de 2013: a possibilidade de pagamento de prestações de crédito à habitação;
- ✓ em Outubro de 2013: a redução do capital social de € 176 000 000 para € 76 000 000.

Salienta-se que em 2012 tinha sido publicada a Lei n.º 57/2012, de 9 de Novembro, que veio permitir o reembolso do valor de planos poupança reforma para pagamento de prestações de crédito à habitação. Refira-se ainda a publicação da Circular 2/2013, de 31 de Janeiro, que estabeleceu o reporte de informação, até ao dia 20 de cada mês, sobre o reembolso do valor dos planos de poupança reforma, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 158/2002, de 2 de Julho (o qual estabelece o regime jurídico dos planos poupança-reforma/educação).

Durante o ano de 2013 não se registaram alterações relevantes na gestão do fundo de pensões.

Em 31 de Dezembro de 2013, o valor da carteira do **Fundo de Pensões BPI Vida PPR** era de 3 981 234 euros.

No decorrer do ano foram registados os seguintes movimentos:

Valor do Fundo em 31.12.2012	<b>3 941 063</b>
Contribuições (subscrições)	148 109
Resgates	(240 141)
Rendimento Líquido	132 203
<b>Valor do Fundo em 31.12.2013</b>	<b>3 981 234</b>

*Valores em euros*

## Conjuntura económica e financeira

### EUA

A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 1.9% em 2013, o que representa um abrandamento face ao crescimento de 2.8% em 2012. Este desempenho, que esconde ritmos de expansão mais lentos da procura interna e um contributo praticamente nulo da procura externa, explica-se em grande parte por condicionamentos resultantes de um pendor mais restritivo da política orçamental relacionada com a actuação do denominado “Sequestro”, que implicou o fim automático de incentivos fiscais à actividade económica, sob a forma de reduções indiscriminadas da despesa pública. Este factor, associado ao aumento da poupança por parte das famílias e à recomposição dos respectivos balanços, reflectiu-se em crescimento menos expressivo do consumo privado. A evolução da despesa privada foi ainda influenciada pela permanência de fragilidades no mercado de trabalho.

Em 2013, a taxa de desemprego desceu mais de 1p.p. para 6.7% – o que correspondeu a criação média mensal de 182 mil postos de trabalho – o valor mínimo registado desde finais de 2008, aproximando-se do nível indicado pela Reserva Federal para iniciar a redução dos estímulos monetários (6.5%). Contudo, importa ter presente que esta melhoria esconde a evolução da taxa de participação no mercado de trabalho, que se situava em cerca de 63% no final de 2013, consideravelmente abaixo do nível registado no início de 2008 (66%).

A política fiscal foi determinada pela entrada em vigor do denominado “Sequestro” em Março de 2013, o qual implicou cortes automáticos das despesas orçamentais em todos os sectores públicos, com excepção do programa de Segurança social, Medicaid, pensões federais e benefícios de veteranos. As reduções rondaram os 85 mil milhões de dólares em 2013, cerca de 0.5% do PIB. No que concerne à política monetária, manteve-se o pendor fortemente acomodatório da Reserva Federal. As taxas de juro de referência mantiveram-se em níveis mínimos ao longo de todo o ano, e ficou sinalizado de que tal cenário não se alterará, muito provavelmente antes de meados de 2015. Todavia, perante os sinais de melhoria da actividade, com destaque para a evolução da taxa de desemprego, a Reserva Federal anunciou em Maio de 2013 a intenção de dar início à retirada gradual dos estímulos monetários, através da redução do montante das compras de dívida de longo prazo, medida que se concretizou no final do ano. Até ao momento, foram já anunciadas reduções de 20 mil milhões de dólares, colocando o nível actual das compras de dívida de longo prazo do banco central em 65 mil milhões de dólares.

O cenário para 2014 apresenta-se mais auspicioso, antecipando-se o retorno a taxas de crescimento da actividade em torno de 2.5%. Os principais motores desta aceleração serão o menor grau de restrição da política orçamental e a melhoria continuada da procura pelo sector privado. Para além dos progressos registados no mercado de trabalho, efeitos riqueza derivados do aumento dos preços do imobiliário e da evolução das valorizações no mercado de capitais deverão suportar o consumo das famílias. Por sua vez, esta performance deverá estimular o investimento empresarial e o reforço das contratações.

As preocupações em torno da política orçamental foram esbatidas pelo acordo entre Democratas e Republicanos, o qual deverá mitigar o impacto do Sequestro nos próximos dois anos fiscais – 2014 e 2015 – aumentando os níveis de despesa em 23 mil milhões de dólares (0.2% do PIB) em relação à

legislação actual. Todavia, o acordo alcançado entre Democratas e Republicanos deixa por resolver algumas questões de fundo, designadamente decisões estruturais relativamente aos sistemas de saúde e de segurança social, sem os quais será colocada em causa a sustentabilidade do sistema. Pelo que a breve trecho poderá regressar alguma especulação e incerteza em torno desta matéria.

Apesar das perspectivas positivas, persistem alguns riscos. O processo de retirada de estímulos pela Reserva Federal poderá originar perturbações nos mercados financeiros, com impacto na economia real e na confiança dos agentes económicos. O principal instrumento de política monetária – a taxa dos *fed-funds* – deverá manter-se em 0-0.25% até meados de 2015. Todavia, dados económicos mais robustos ou um aumento da inflação acima do esperado poderão afectar este equilíbrio, causando aumento das taxas de longo prazo e instabilidade nos mercados financeiros.

No mercado de dívida pública observou-se ao longo de 2013, um movimento de gradual subida das taxas de rendibilidade da dívida pública norte-americana. Ainda que reflectindo a consolidação de um cenário mais favorável para o crescimento, o movimento foi especialmente influenciado pelas expectativas criadas em torno da redução dos estímulos monetários pela Reserva Federal. Este movimento de gradual subida das taxas de rentabilidade deverá manter-se ao longo do novo ano, beneficiando de perspectivas positivas para o crescimento económico. Contudo, a probabilidade de que a inflação se mantenha em níveis reduzidos e que a política monetária mantenha um cariz essencialmente acomodatório, limitarão a amplitude do movimento de subida das taxas de rentabilidade dos títulos de taxa fixa.

### Zona Euro

O ano de 2013 ficou marcado pelo fim do ciclo de contracção da actividade, observando-se o retorno a taxas de crescimento positivas a partir do segundo trimestre. Contudo, os ritmos de crescimento observados foram ainda diminutos e insuficientes para que 2013 não fique determinado por uma contracção de 0.4%. A prossecução dos processos de desalavancagem dos sectores público e privado e a fragilidade do mercado de trabalho, condicionaram o crescimento ao longo de 2013. A taxa de desemprego situou-se em 12% no final do ano, mais 0.1 pontos percentuais do que no mesmo período de 2012. Paralelamente, a taxa de inflação caiu para mínimos históricos, reflectindo a fragilidade da procura interna da zona euro como um todo, e o efeito da redução dos custos laborais nas economias sobre assistência financeira. De facto, no final do ano a taxa de inflação situava-se em 0.7%, um nível significativamente abaixo do objectivo de 2% do Banco Central Europeu.

Na cimeira de Dezembro foram dados passos importantes na construção da união bancária, nomeadamente no que se refere a dois dos seus pilares que são o Mecanismo Único de Supervisão e o Mecanismo Único de Resolução. Relativamente ao primeiro, ficou acordado que o BCE assume a supervisão dos bancos sistemicamente importantes da zona euro em Outubro deste ano. Relativamente ao segundo pilar, ficou acordada a composição da Autoridade para a Resolução e o Fundo Único de Resolução. A primeira será responsável pela decisão de liquidação de bancos supervisionados pelo BCE. Relativamente ao Fundo Único de Resolução ficou estabelecido que a sua criação só estará concluída daqui a dez anos. O recurso ao Fundo Único de Resolução será o último passo na resolução/reestruturação de instituições financeiras: em primeiro lugar respondem os accionistas, em segundo os credores e em terceiros os depósitos acima dos 100 mil euros.

Para 2014, os indicadores prospectivos de actividade antecipam o retorno a cenários de crescimento, estimando-se, que o PIB avance a um ritmo em torno de 1%. Um pendor menos restritivo da política

orçamental, que desde 2010 tem vindo a afectar consideravelmente a actividade, e melhorias na envolvente financeira, com sinais de maior disponibilidade para concessão de financiamento pelas instituições bancárias e moderação dos custos de financiamento, justificam o cenário mais favorável. Todavia, o ritmo de expansão continuará reduzido, já que persiste a necessidade de redução dos níveis de endividamento privado e público e desemprego elevado, limitando o crescimento da procura interna. No que respeita à evolução dos preços, a taxa de inflação deverá permanecer muito contida, inferior a 2%. O processo de reajustamento nas economias periféricas e a correspondente redução dos custos unitários de trabalho contribuem para este quadro. Todavia, o processo de desinflação tem estado também presente nos países do centro, reflectindo o andamento dos preços das *commodities* e a valorização do euro.

Os principais factores de risco são sobretudo de natureza política, associados às eleições Europeias, em Maio, dada a possibilidade de que forças políticas mais radicais ganhem terreno, sobretudo em alguns periféricos mais frágeis (nomeadamente a Grécia). Todavia, importa ter presente a existência de riscos no sentido ascendente, sobretudo relacionados com uma expansão do investimento mais forte do que a antecipada já que esta foi a componente que maior quebra observou desde finais de 2007. A materialização deste risco será mais provável na segunda metade do ano, reflectindo por um lado a redução da incerteza associada aos resultados das eleições para o parlamento europeu, e por outro, o facto da taxa de utilização da capacidade instalada ainda se encontrar abaixo da média de longo prazo, o que nos primeiros meses do ano poderá traduzir-se no adiamento de decisões de investimento. A continuação da construção dos alicerces da União Bancária é um factor essencial, para que se caminhe no sentido de separação do risco do soberano e da banca.

O mercado de dívida pública acompanhou os movimentos observados nos EUA, ainda que a amplitude de subida das *yields* dos *benchmarks* europeus tenha sido menor. Para 2014, a evolução mais favorável da actividade económica favorecerá a consolidação do movimento de subida das *yields*, o qual, todavia, será limitado pela permanência de uma política monetária ultra-expansionista. Neste capítulo, permanece em aberto a possibilidade do Banco Central Europeu implementar novas medidas, sobretudo de cariz não convencional, como forma de dinamizar o mercado de crédito. No que respeita à evolução das taxas de juro de referência as perspectivas são de que se mantenham em níveis mínimos, possivelmente até meados de 2015.

## Portugal

Em 2013, o desempenho da economia portuguesa surpreendeu favoravelmente. Contrariando a generalidade das previsões de queda da actividade em mais de 2%, a recessão revelou-se menos profunda, apontando as estimativas para uma queda anual do PIB em torno de 1.6%. Para este desempenho contribuiu o menor ritmo de contracção da procura interna privada e a continuação de um bom desempenho da procura externa, com destaque para as exportações de bens e serviços, cuja quota de mercado no exterior tem vindo a aumentar. O aumento da competitividade, evidente por exemplo no andamento dos custos unitários de trabalho, e o reposicionamento em alguns sectores de bens e serviços vendidos ao exterior, beneficiando de atributos para além do preço, constituem factores críticos para o andamento das exportações.

A evolução da economia foi determinada pelos ajustamentos levados a cabo pelos vários sectores e que se traduziram no aumento da capacidade de financiamento da economia portuguesa. No ano terminado em Setembro, a capacidade de financiamento atingiu 1.8% do PIB, consolidando a tendência que já se perspectivara no ano anterior, quando se registou praticamente um equilíbrio. As

famílias aumentaram a sua capacidade de financiamento, as empresas e a Administração Pública reduziram as suas necessidades. Esta é uma tendência que tem que ser consolidada no futuro, interrompendo mais de uma década em que as necessidades totais da economia rondavam 10% do produto. Numa outra perspectiva, esta melhoria resulta sobretudo dos progressos registados na Balança de Bens e Serviços, em grande parte devido ao comportamento das exportações.

O mercado de trabalho manteve-se muito debilitado ao longo do ano, apesar de nos últimos trimestres se terem observado melhorias em alguns dos seus indicadores, nomeadamente no que respeita ao aumento das ofertas de trabalho e da taxa de emprego. Esta fragilidade é evidente no facto de a taxa de desemprego se ter situado em 16.6% (estimativa), acima dos 15.7% registados em 2012.

A taxa de inflação desceu significativamente, de 2.2% para 0.3%, reflectindo a procura interna fragilizada, o movimento de apreciação do euro e a estabilização dos preços dos combustíveis.

No campo das contas públicas, o ano de 2013 ficou marcado pelo cumprimento das metas acordadas no Programa de Assistência Económica e Financeira. Segundo os critérios do Programa, o saldo orçamental situou-se em 4.3% do PIB, abaixo da meta estabelecida de 5.5%. A informação relevante das contas públicas para efeitos do Procedimento dos Défices Excessivos só será conhecida no final de Março, mas a informação conhecida permite estimar que o défice orçamental do conjunto das Administrações públicas poderá situar-se abaixo dos 5.5% do PIB. No que concerne à evolução da dívida pública, estima-se que, em 2013, o respectivo rácio se situe em torno de 130% do PIB acima dos 124.1% observados em 2012, reforçando a necessidade de prosseguir com o esforço de consolidação orçamental.

Depois de três anos consecutivos de recessão, 2014 marcará o regresso a crescimento da actividade. A nossa previsão aponta para uma expansão de 0.5% do produto. Antecipa-se que depois de três anos em que a procura interna contribuiu negativamente para o crescimento, ocorra a sua estabilização ou até uma ligeira expansão. Uma envolvente de financiamento menos restritiva, da qual surgiram sinais já em Janeiro, atendendo à queda das taxas de financiamento e ao acesso de empresas portuguesas aos mercados externos, e a estabilização ou melhoria do mercado de trabalho, são elementos chave para a concretização deste cenário. A boa performance das exportações de bens e serviços continua a ser necessária para garantir o retorno a expansão sustentada.

Em 2014 termina o Programa de Assistência Económica e Financeira. Para a concretização do nosso cenário central, será determinante a transição pacífica do actual Programa de Ajustamento (PAEF) para uma solução assente no financiamento do Estado no mercado primário. Vários factores deverão estar presentes para garantir a não necessidade de um segundo Programa, incluindo a confirmação dos sinais que agora despontam de crescimento económico; a prossecução da consolidação orçamental, assegurando uma trajectória sustentável da dívida pública, estabilidade política e ausência de choques exógenos desfavoráveis. Neste contexto, particularmente importante será a confirmação de que a procura interna tenha já atingido um patamar de estabilização, podendo mesmo algumas componentes registar ganhos ligeiros (Investimento e Consumo Privado).

A taxa de desemprego poderá decrescer para valores ligeiramente abaixo de 16%, reflectindo sobretudo melhorias efectivas associadas a menor destruição de emprego.



A taxa de inflação deverá aumentar ligeiramente, para valores próximos de 1%. A estabilização da procura interna, a trajectória esperada para a taxa de câmbio (sobretudo na segunda metade do ano) e o cenário macro global, justificam esta previsão.

Riscos para o cenário estão sobretudo associados ao final do PAEF e à transição para um novo modelo de financiamento do Estado, assente no recurso ao mercado. O andamento das economias externas constitui um factor de risco adicional, para além dos factores de natureza política, associados sobretudo ao resultado das eleições europeias em alguns países mais fragilizados politicamente.

## Investimentos

### Política de Investimentos

De acordo com a política de investimentos estabelecida no Regulamento de Gestão do Fundo de Pensões, as grandes linhas quanto às aplicações financeiras são as seguintes:

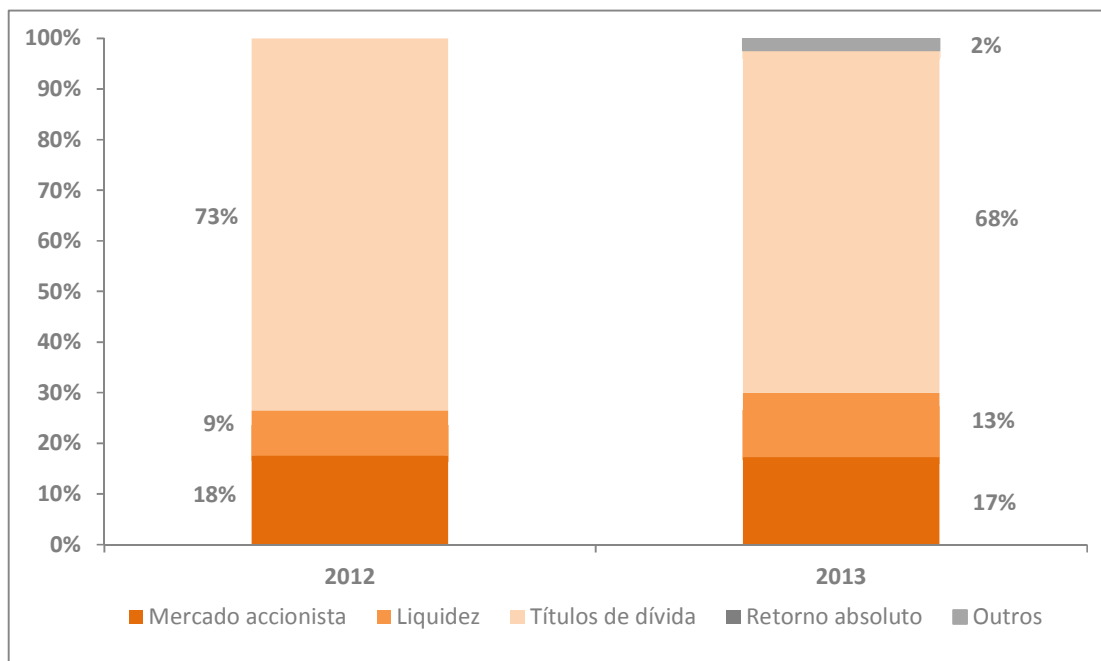
Activos	Limite Mínimo	Limite Máximo
Mercado accionista	0%	25%
Liquidez	0%	20%
Títulos de dívida	50%	-
Retorno absoluto	0%	5%

A medida de referência relativa à rentabilidade é a TWR (*Time Weigthed Rate of Return*) e ao risco o Desvio Padrão:

Classe de Activos	Benchmark
Obrigações de Taxa Fixa	EFFAS > 1
Obrigações de Taxa Variável + Liquidez + Retorno Absoluto	Euribor a 3 Meses
Mercado accionista	MSCI Europe

**A política de investimentos cumpre com os requisitos do artigo 4.º da Norma Regulamentar nº 9/2007-R, de 28 de Junho.**

Durante o ano 2013 o Fundo de Pensões registou um aumento à exposição em acções e uma redução em títulos de dívida, dando cumprimento à política de investimento definida, como se pode confirmar no gráfico seguinte:



## Cumprimentos das regras prudenciais

O Fundo de Pensões deverá cumprir com os limites de diversificação e dispersão prudenciais das aplicações de investimentos do Fundo de Pensões constantes no artigo 12.º da Norma Regulamentar nº 9/2007-R, de 28 de Junho.

O património do fundo de pensões deverá observar os seguintes limites:

Requisito	Controlo
1. Investimento em valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação num mercado regulamentado não pode representar mais do que 15%	Cumpre
2. Investimento em unidades de participação de organismos de investimento colectivo não harmonizados não pode representar mais do que 10%	Cumpre
3. Investimento em activos expressos em moedas distintas daquela em que estão expressas as responsabilidades do fundo de pensões não pode representar mais do que 30%	Cumpre
4. Valor de mercado dos activos cedidos em operações de empréstimo não pode exceder os 40%	Cumpre
5. Investimento numa mesma sociedade não pode representar mais do que 10%, este limite é de 5%, caso se tratem de investimentos em associados do fundo de pensões ou em sociedades em relação de domínio ou de grupo com esses associados	Cumpre
6. Investimento relativamente a sociedades em relação de domínio ou de grupo entre si ou com a entidade gestora (títulos emitidos, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito) não pode representar mais do que 20%, sendo o limite de 10%, caso se tratem de investimentos efectuados no conjunto dos associados do Fundo de Pensões e das sociedades que se encontrem em relação de domínio ou grupo com esses associados	Cumpre
7. Investimento em unidades de participação de um único organismo de investimento colectivo não harmonizado não pode representar mais do que 2%	Cumpre
8. Caso os organismos de investimento colectivo não harmonizado invistam em outros organismos de investimento colectivo não harmonizado, é considerado o investimento em unidades de participação de cada um destes outros organismos, o qual não pode representar mais do que 2%	Cumpre

## Comparação dos limites de exposição

No quadro seguinte procedeu-se à comparação dos limites de exposição previstos na política de investimento do Fundo de Pensões com a alocação a 31.12.2013:

	Política de Investimento		Alocação 31.12.2013	Controlo
	Limite Mínimo	Limite Máximo		
Mercado accionista	0%	25%	17%	Cumpre
Liquidez	0%	20%	13%	Cumpre
Títulos de dívida	50%	-	68%	Cumpre
Retorno absoluto	0%	5%	-	Cumpre

## Análise de performance

No quadro seguinte apresenta-se as rendibilidades históricas anualizadas do Fundo de Pensões com a indicação dos níveis de risco do fundo de pensões no período:

Período	Rendibilidade	Risco
Desde início	2.36%	3
Últimos 3 anos	2.38%	3
Últimos 2 anos	5.06%	3
Últimos 12 meses	3.39%	3

### Observações:

O cálculo das medidas de rendibilidade tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Rendibilidade efectiva} = (UP_f / UP_i) - 1$$

Em que  $UP_f$  = Valor da unidade de participação no final do período de referência

$UP_i$  = Valor da unidade de participação no início do período de referência

$$\text{Rendibilidade anualizada} = (1 + \text{rendibilidade efectiva})^{365/n} - 1$$

Em que  $n$  = número de dias do período de referência da rendibilidade efectiva utilizada

O cálculo das medidas de risco tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Volatilidade} = \sigma_T = \sqrt{\frac{m}{T-1} \sum_{t=1}^T (r_t - \bar{r})^2}$$

Em que,  $r_t$  = rentabilidade efectiva semanal no período t

$\bar{r}$  = média aritmética simples das rentabilidades efectivas semanais, para o período de referência

$m$  = 52

$T$  = nº de semanas no período de referência, coincidente com o período utilizado para o cálculo da rentabilidade

A classificação do nível de risco é efectuada de acordo com a seguinte tabela:

Intervalo de Volatilidade (%)	Classe de risco
[0; 0.5[	1
[0.5; 2[	2
[2; 5[	3
[5; 10[	4
[10; 15[	5
[15; 25[	6
≥ 25	7

### Comentário aos resultados

O Fundo de Pensões BPI Vida PPR registou uma rentabilidade de +3.39% no ano de 2013. No final do ano, o património do fundo ascendia a 4 milhões de euros, tendo-se registado uma produção líquida negativa de cerca de 100 mil euros.

O Fundo apresentava no final de 2013 uma exposição de 17% a acções e de 46% a dívida pública. A componente de dívida *corporate* (banca e empresas) representava cerca de 22% dos activos do fundo.

Quer a classe accionista quer a obrigacionista apresentaram contributos positivos para a performance no ano. O investimento em *commodities* registou um desempenho negativo.

Na componente accionista destacou-se a valorização dos índices de acções norte-americanas e de acções europeias. A nota negativa para esta classe vai para o investimento em mercados emergentes e em acções de empresas com negócios relacionados às matérias-primas.

Na classe obrigacionista verificaram-se valorizações nos títulos de dívida europeia, destacando-se pela positiva o comportamento dos títulos de dívida governamental da periferia (Espanha e Itália) e, pela negativa, as emissões de dívida pública em moedas não euro (nomeadamente Canadá e Austrália). Também a dívida privada contribuiu para a rentabilidade do *portfolio*, tendo a componente de dívida de *rating* inferior a BBB- revelado um desempenho relativo superior.

A liquidez do fundo representa cerca de 13%, aplicada entre papel comercial, depósitos a prazo e bilhetes do tesouro.

## Riscos Materiais

Os riscos materiais associados às carteiras dos fundos de pensões são:

- Risco de Mercado – Acções
- Risco de Mercado – Taxa de Juro
- Risco de Mercado – Taxa de Câmbio
- Risco de Crédito

A gestão dos riscos materiais que afectam o fundo de pensões é efectuada através do recurso a produtos derivados.

No quadro seguinte apresentam-se os derivados constantes na carteira do Fundo de Pensões a 31.12.2013:

Código base do derivado	Designação do derivado	Risco associado
VGH4DTB	FUTURO - DJ EURO STOXX 50 Mar14	Risco de mercado - Variação de preços de acções
RXH4DTB	FUTURO - EURO BUND FUTURES MAR14	Risco de mercado - Variação de taxas de juro
ECH4CME	FUTURO - EURO / USD MAR14	Risco de mercado – Variação de taxas de câmbio

### Riscos

Risco de Mercado – Incerteza quanto a rentabilidade futura de instrumentos financeiros ou possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de alterações dos preços de mercado dos activos

Acções – Perdas decorrentes de alterações de preços de acções

Taxa de Juro – Perdas decorrentes de alterações de taxas de juro

Câmbio – Perdas decorrentes de alterações de taxas de câmbio

Risco de Crédito – Ocorrência de perdas resultante da possibilidade de a contraparte num determinado contrato entrar em incumprimento.

Lisboa, 20 de Março de 2014

A BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.

# Demonstrações Financeiras

Fundo de Pensões BPI Vida PPR



## Demonstração da Posição Financeira

Valores em Euros

Notas	Demonstração da Posição Financeira	31.12.13	31.12.12
	<b>ACTIVO</b>		
2	<b>Investimentos</b>		
	Bilhetes do Tesouro	-	-
	Títulos de Crédito do Estado	1 801 983	1 881 316
	Obrigações de Entidades Privadas	147 000	169 905
	Fundos de Investimento Imobiliário	-	-
	Fundos Investimento Mobiliário	1 539 776	1 496 422
	Acções	-	-
	Papel Comercial	149 721	-
	Imóveis	-	-
	Derivados	-	12 734
	<b>Tesouraria</b>		
	Depósitos a Prazo	200 000	240 000
	Depósitos à Ordem	101 649	112 304
	<b>Devedores Gerais</b>		
	Estado	-	-
	Corretores	-	-
	Outros Devedores	20 566	256
	<b>Acréscimos e Diferimentos</b>		
2	Juros a Receber	27 500	33 590
	<i>Total Activo</i>	<b>3 988 195</b>	<b>3 946 527</b>
	<b>PASSIVO</b>		
	<b>Credores Gerais</b>		
	Entidade Gestora	2 530	2 504
	Corretores	1 766	310
	Estado	19	46
	Outros Credores	2 646	2 604
	Pensões a pagar vencidas	-	-
	<b>Acréscimos e Diferimentos</b>		
	Rendas Recebidas	-	-
	Outros Acréscimos e Diferimentos	-	-
	<i>Total Passivo</i>	<b>6 961</b>	<b>5 464</b>
	<b>Valor do Fundo</b>	<b>3 981 234</b>	<b>3 941 063</b>
	<i>Valor do Fundo - Passivo</i>	<b>3 988 195</b>	<b>3 946 527</b>

## Demonstração de Resultados

Notas	Demonstração da Posição Financeira	Valores em Euros	
		31.12.13	31.12.12
	<b>Acréscimos no Valor do Fundo</b>		
7	Contribuições	148 109	113 234
	Transferências	-	-
5	Rendimentos de Aplicações	114 743	105 291
5	Ganhos em Aplicações	581 670	497 016
	Outras Receitas	-	-
	<i>Total Acréscimos no Valor do Fundo</i>	<i>844 522</i>	<i>715 541</i>
	<b>Decréscimos no Valor do Fundo</b>		
	Prémios Seguros	-	-
8	Pensões e Capitais Vencidos	( 240 141)	( 564 212)
	Transferências	-	-
6	Comissões de Gestão e de Depósito	( 60 594)	( 61 414)
	Comissões de Mediação	( 85)	( 72)
	Impostos	-	-
5	Perdas em Aplicações	( 503 391)	( 276 380)
	Outras Despesas	( 140)	( 76)
	<i>Total Décrécimos no Valor do Fundo</i>	<i>( 804 351)</i>	<i>( 902 154)</i>
	<b>Resultado Líquido</b>	<b>40 171</b>	<b>( 186 612)</b>

Valores em Euros

Notas	Demonstração de Fluxos de Caixa	31.12.13	31.12.12
	<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais</b>		
	Contribuições		
	Contribuições de Associados	148 159	( 236 868)
	Contribuições de Participantes / beneficiários		
	Transferências		
	Pensões, Capitais e Prémios Únicos Vencidos		
	Pensões Pagas		
	Prémios únicos para aquisição de Rendas Vitalícias		
	Capitais Vencidos	( 239 733)	
	Resgates		
	Transferências		
	Encargos Inerentes ao Pagamento de Pensões e Sub. Morte		
	Prémios de Seguro de Risco de Invalidez ou morte		
	Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo Fundo		
	Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do fundo		
	Reembolsos fora das situações legalmente previstas		
	Devolução por excesso de financiamento		
	Remunerações		
	Remunerações de Gestão	( 29 668)	
	Remunerações de depósito e guarda de títulos	( 30 855)	
	Outros Rendimentos e Ganhos		
	Outras Despesas		
	<b>Fluxo de Caixa Líquido das Actividades Operacionais</b>	<b>( 152 098)</b>	<b>( 236 868)</b>
	<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</b>		
	Recebimentos		
	Alienação / Reembolso dos Investimentos	5 701 323	8 717 205
	Rendimentos dos Investimentos	225 530	835 599
	Pagamentos		
	Comissões de transacção e mediação	( 379)	( 61 884)
	Aquisição de Investimentos	(5 841 849)	(9 076 886)
	Outros Gastos com Investimentos	( 5 532)	( 9 343)
	<b>Fluxo de Caixa Líquido das Actividades de Investimento</b>	<b>79 093</b>	<b>404 692</b>
	<b>Variações de Caixa e seus Equivalentes</b>	<b>( 73 005)</b>	<b>167 824</b>
	Efeitos de alterações da taxa de câmbio	22 350	65 522
	Caixa no início do Período de Reporte	352 304	118 958
	Caixa no Fim do Período de Reporte	301 650	352 304

Demonstração de Fluxos de Caixa

Relatório Financeiro 2013 | Fundo de Pensões BPI Visão

# Notas às Demonstrações Financeiras

## 1. Políticas Contabilísticas

A contabilização dos valores do Fundo de Pensões observa o disposto na Norma Regulamentar n.º 12/95 - R de 6 de Julho de 1995 do Instituto de Seguros de Portugal com as alterações introduzidas pelas Normas Regulamentares 12/2002 - R de 7 de Maio de 2002, 8/2002 - R de 7 de Maio de 2002, 10/2002 - R de 7 Maio de 2002 e 7/2007 – R de 17 de Maio de 2007, as quais prevêem os princípios contabilísticos, dentre os quais se destacam os seguintes:

- Os valores contabilizados em Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo correspondem às operações verificadas no período que decorre entre duas datas aniversárias consecutivas, que correspondem a 31 de Dezembro de cada ano.
- Os saldos das contas de Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo são transferidos para a conta Valor do Fundo na data aniversária;
- As contribuições a contabilizar na respectiva conta de Acréscimos ao valor do Fundo devem ser as efectivamente recebidas;
- Os juros de títulos de rendimento fixo adquiridos, mas não recebidos, são especializados a cada fecho de carteira;
- Não são contabilizados como rendimentos os juros cujo recebimento seja considerado duvidoso, assim como quaisquer juros já vencidos cujo pagamento se encontre suspenso;
- A contabilização dos ganhos e perdas resultantes da alienação ou reembolso ou da avaliação das aplicações é efectuada pela diferença entre o produto da venda do investimento ou da sua cotação, e o valor pelo qual se encontra contabilizado. Estas operações são registadas nas rubricas Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo. Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério Custo médio ponderado.

### Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transacção, pelo valor efectivo de aquisição.

A avaliação dos activos que compõem o património do Fundo respeita o previsto na Norma Regulamentar n.º 9/2007 – R de 28 de Junho de 2007, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos activos:

- Os activos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respectivo preço de mercado, correspondente (a) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro

em que se encontrem admitidos à negociação ou (b) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentar. Caso estes activos não tenham sido transaccionados por período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transacção efectuada, são equiparados a activos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida.

- Os activos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (a) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas, (b) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de activos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo sector económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado e (c) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise fundamental e na metodologia do desconto dos fluxos financeiros subjacentes.

Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflecta o seu presumível valor de realização. Essa cotação foi recolhida em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o Financial Times Interactive Data, o ISMA – International Securities Market Association, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de market makers da escolha da Sociedade Gestora.

#### **Operações com contractos de “Futuros”**

As posições abertas em contratos de futuros são valorizadas periodicamente com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas “Ganhos ou Perdas em operações financeiras”.

A margem inicial é registada na rubrica “Outras contas de devedores”. Os ajustamentos de cotações são registados diariamente em contas de acréscimos e diferimentos do activo ou do passivo e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

## 2. Inventário dos Investimentos

A carteira do Fundo é composta por Obrigações, Papel Comercial e Unidades de Participação conforme se detalha abaixo num total de investimentos de 3 638 480€. A carteira de investimentos do Fundo é composta maioritariamente por Obrigações representando cerca de 54% da totalidade da carteira. Foram acrescidos juros no valor de 27 500€, dos quais 1 807€ referem-se a juros de depósitos a prazo.

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Valia Contabilística	Valia Câmbial	Valor da Carteira	Juros Decorridos
<b>ACÇÕES</b>					
<b>Total Acções</b>					
<b>OBRIGAÇÕES</b>					
AUSTRALIAN GOV.-6.25% (15.04.2015)	23.012	(559)	(4.133)	18.320	231
BELGIUM KINGDOM 4% (28.03.2022)	95.154	(2.613)	-	92.541	2.493
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-4.1%-30.07.2018	97.884	7.496	-	105.381	1.713
BUNDESREPUB.DEUTCHLAND-4.25%-04.07.2018	85.819	(3.022)	-	82.796	1.506
BUNDESREPUBLIK DEUTSCHL. 4% (4/7/2016)	181.578	(6.508)	-	175.070	3.162
BUONI POLIENNALI - 4.25% (01.02.2019)	163.015	4.046	-	167.060	2.761
BUONI POLIENNALI DEL T-3.5%-01.06.2014	142.444	(995)	-	141.449	403
BUONI POLIENNALI DEL TES-3.75% 1.08.2021	37.778	1.083	-	38.861	593
BUONI POLIENNALI DEL TES-4%-01.02.2017	72.821	1.418	-	74.239	1.166
BUONI POLIENNALI-4.25% (01.02.2015)	27.275	(372)	-	26.904	460
CANADIAN GOVERNMENT 2% 01.12.2014	23.949	(129)	(2.496)	21.324	35
FRANCE (GOVT OF) - 3% - (25.10.2015)	71.881	(1.683)	-	70.198	368
FRANCE (GOVT OF) - 3.75% - (25.04.2021)	93.454	(1.795)	-	91.659	2.083
FRANCE(GOVT OF)-4.25%-25.10.2018	157.162	(3.979)	-	153.183	1.045
NETHERLANDS GOVERNMENT 2.5% - 15.01.2017	67.350	(1.550)	-	65.799	1.491
NETHERLANDS GOVERNMENT-3.25%-15.07.2021	20.090	(902)	-	19.188	262
OBLIGAC. DEL ESTADO - 4.4% (31.01.2015)	40.139	209	-	40.347	1.570
REPUBLIC OF AUSTRIA-1.95%-18.06.2019	59.828	(867)	-	58.961	597
UNITED KINGDOM TREASURY - 5% (07.09.2014)	23.364	(961)	(97)	22.306	341
US TREASURY-2.625%-31.12.2014	23.712	(482)	(798)	22.432	-
SEMAPA - TV (20.04.2016)	129.000	13.500	-	142.500	507
BUNDESREPUB.DEUTSCHLAND 1.75%-04.07.2022	318.659	(4.695)	-	313.964	2.700
LEHMAN BROTHERS TSY-NIKKEI 225-27.02.2015	4.500	-	-	4.500	-
<b>Total Obrigações</b>	<b>1.959.867</b>	<b>(3.361)</b>	<b>(7.524)</b>	<b>1.948.983</b>	<b>25.488</b>
<b>UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO</b>					
BPI AFRICA LUX (I) EUR	3.339	46	-	3.385	-
BPI AMERICA I CAP EUR (LUX)	48.837	6.322	-	55.159	-
BPI EURO GRANDES CAPITALIZAÇÕES	22.028	2.318	-	24.345	-
BPI EUROPA LUX	39.233	6.061	-	45.295	-
BPI HIGH INCOME LUX (I)	29.811	1.355	-	31.166	-
BPI IBERIA LUX (I)	5.770	985	-	6.756	-
BPI LIQUIDEZ	39.606	8	-	39.613	-
BPI UNIVERSAL LUX (I)	39.800	3.201	-	43.001	-
ABERDEEN GL-EMMKT EQTY-I2	5.998	(540)	(195)	5.264	-
ALLIANZ EURO HIGH YELD-I	33.099	428	-	33.527	-
AVENIR EURO	24.180	5.035	-	29.215	-
AXA WORLD FUND-US HY BOND-F\$	47.481	3.954	(1.970)	49.465	-
BL-EQUITIES EUROPE-I	17.532	2.609	-	20.141	-
BNPP L1-EQUITY EUROPE-I	49.095	1.969	-	51.064	-
DIAPASON CMDT GLOBAL I - EUR	8.780	(948)	-	7.833	-
EURIZON EASYFUND-EQ EUROPE-Z	49.122	2.433	-	51.555	-

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Valia Contabilística	Valia Câmbial	Valor da Carteira	Juros Decorridos
FIRST STATE - GL EMERG MK LDR -III	15.039	57	(451)	14.646	-
HENDERSON HOR-GLBL TCH -A2€-ACC	7.915	172	-	8.088	-
HMG GLOBETROTTER-I	8.643	30	-	8.672	-
ISHARES EU CORP BOND L CAP (MIL)	255.570	(2.336)	-	253.234	-
ISHARES RUSSELL 2000	15.815	4.951	(532)	20.234	-
IVI UMBRELLA FUND-EUROPEAN	15.402	2.728	-	18.130	-
JP MORGAN F - EMERG MKTS EQ	49.766	716	(54)	50.428	-
JPM GLBL HI YLD BD-B ACC €HD	33.056	239	-	33.295	-
JPMORGAN F-GL CONVERT EU -	45.536	6.115	-	51.651	-
JUPITER GLOBAL FD-EURO GRO I	17.338	3.146	-	20.485	-
MANDARINE VALEUR -I	21.775	4.664	-	26.439	-
MERCURY EMERGING MKTES	50.210	354	(153)	50.410	-
MUZIN-EUROPEYELD_DISCRETION	29.834	1.847	-	31.681	-
NORDEA 1 EUR HGH YLD-BI-EUR	33.093	511	-	33.604	-
ODDO AVENIR EUROPE-B	15.612	3.255	-	18.867	-
Odey Invest Funds PLC - Pan European Fund	17.957	4.216	-	22.173	-
PARVEST CONV BOND WO	45.728	6.077	-	51.805	-
PARVEST EURO GOV BOND-INSTIT	98.072	803	-	98.875	-
PICTET - BIOTECH-I€	7.973	29	-	8.002	-
PIMCO-HI YIELD BD-INST ACC	47.907	2.680	(1.985)	48.602	-
REYL GLOBAL - EUROPEAN EQTYS- I	14.867	3.847	-	18.714	-
SPDR TRUST SERIES 1	108.727	4.282	(1.722)	111.288	-
THREAD LUX-ENH COM-IU	25.466	(3.252)	(739)	21.475	-
VONTOBEL-BELVISTA COMM-I USD	25.418	(2.367)	(855)	22.196	-
<b>Total Unidades de Participação</b>	<b>1.470.430</b>	<b>78.001</b>	<b>(8.655)</b>	<b>1.539.776</b>	-
<b>PAPEL COMERCIAL</b>					
EDA - 32ù - 131210..140207, 2.48%	49.798	-	-	49.798	72
MOTA ENGL - 63ù - 131209..140109, 1.79%	49.923	-	-	49.923	55
P.TELECOM - 153ù - 131121..140221, 1.42%	50.000	-	-	50.000	79
<b>Total Papel Comercial</b>	<b>149.721</b>	-	-	<b>149.721</b>	<b>206</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.580.018</b>	<b>74.640</b>	<b>(16.179)</b>	<b>3.638.480</b>	<b>25.694</b>

### 3. Regime Fiscal

Os rendimentos de Fundos de Pensões são isentos de IRC e imposto municipal sobre transacções, conforme definido pelo Art.º 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Nas situações em que ocorre retenção na fonte de IRC, as entidades isentas devem:

- Tratando-se de operações de compra e venda de obrigações, devem ser registadas individualmente, operação a operação, numa conta corrente com o Estado, em que se releve a débito o imposto retido na fonte por terceiros sobre os juros decorridos das obrigações adquiridas e a crédito o imposto retido pela entidade isenta sobre os juros decorridos das obrigações alienadas. O saldo desta conta será regularizado trimestralmente mediante a sua entrega ao Estado, quando credor, ou compensado, quando devedor, nas entregas do imposto retido a efectuar pela entidade isenta nos períodos subsequentes
- Tratando-se de IRC relativo a Unidades de Participação em Fundos de Investimento Mobiliário, a entidade isenta deve registar em rubrica própria, a débito, o valor do imposto correspondente ao número de Unidades de Participação detidas, por contrapartida da rubrica Receitas de avaliação e

alienação de aplicações. O saldo a débito será regularizado aquando do pagamento dos rendimentos respeitantes a estas Unidades de Participação.

#### 4. Riscos associados à carteira de investimentos

Considerando a política de investimentos definida, o Fundo está sujeito a diversos tipos de riscos associados aos investimentos, como sejam o risco de variação do preço de cada título, o risco de taxa de juro, o risco de crédito e o risco de câmbio. Para cobrir estes riscos financeiros são utilizados instrumentos derivados, além de que é realizada a sua monitorização em termos de avaliação e controle, face a limites definidos internamente, utilizando para o efeito a metodologia do VaR (Value at Risk).

#### Risco Associado à Utilização de Derivados

O Fundo poderá utilizar derivados não só para fazer a cobertura do risco financeiro, mas também para proceder a uma adequada gestão do seu património, podendo, neste quadro, verificar-se o aumento da exposição da carteira a uma certa classe de activos, dentro dos limites da política de investimento definida. Esta utilização dos produtos derivados pode fazer com que o Fundo registe perdas superiores às que registaria se não utilizasse estes instrumentos, num contexto de quebra de preço dos activos subjacentes.

#### 5. Rendimentos - Gastos e Ganhos - Perdas

O quadro seguinte sintetiza, por categoria de investimento, os Rendimentos e Gastos e os Ganhos e Perdas reconhecidos durante o ano 2013.

Investimentos	Rendimentos	Ganhos		31.12.13	31.12.12
		Mais Valia			
		Potencial	Realizada		
Acções	-	-	-	-	-
Imóveis	-	-	-	-	-
Obrigações	108 390	123 401	71 796	303 587	256 594
Depósitos	6 125	-	-	6 125	6 278
Papel Comercial	-	-	-	-	-
Derivados	-	-	358 882	358 882	156 775
UP	-	27 591	-	27 591	170 541
Outros	228	-	-	228	12 118
<b>Total</b>	<b>114 743</b>	<b>150 992</b>	<b>430 678</b>	<b>696 413</b>	<b>602 307</b>



Investimentos	Gastos	Perdas		31.12.13	31.12.12
		Menos Valia			
		Potencial	Realizada		
Acções	-	-	-	-	-
Imóveis	-	-	-	-	-
Obrigações	-	80 397	61 270	141 667	54 840
Depósitos	-	-	-	-	5 867
Papel Comercial	-	-	-	-	-
Derivados	-	-	352 282	352 282	171 374
UP	-	9 442	-	9 442	32 090
Outros	-	-	-	-	12 209
<b>Total</b>	-	<b>89 839</b>	<b>413 552</b>	<b>503 391</b>	<b>276 380</b>

## 6. Comissões

Nos termos do Regulamento de Gestão, é da responsabilidade do Fundo o pagamento das comissões à Sociedade Gestora e ao Banco Depositário.

Assim, o quadro seguinte sintetiza o total das comissões pagas durante o exercício de 2013.

Tipo de Comissão	31.12.13	31.12.12
Comissão Administrativa	-	-
Comissão de Incentivo	-	-
Comissão Financeira	29 695	30 087
Comissão Depositária	30 899	31 327
<b>Subtotal</b>	<b>60 594</b>	<b>61 414</b>
Taxa ISP	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>60 594</b>	<b>61 414</b>

## 7. Subscrições

Durante o ano de 2013 foram efectuadas contribuições no valor de 148 109€. As subscrições aumentaram cerca de 30% durante o ano.

## 8. Benefícios Pagos - Resgates

Foram pagos benefícios no valor global de 240 141€.

Tipo de Pensão	31.12.13	31.12.12
Resgates	240 141	564 212
<b>TOTAL</b>	<b>240 141</b>	<b>564 212</b>

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Decreto-Lei nº 12/2006 de 20 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 180/2007 de 9 de Maio, examinámos as demonstrações financeiras do **Fundo de Pensões BPI Vida PPR**, gerido pela BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, SA, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 3 988 195 euros, um valor do Fundo de 3 981 234 euros e um resultado líquido de 40 171 euros), na Demonstração de resultados e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e no correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração da Companhia BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, SA:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões e com as Normas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal e que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa;
  - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, atentas as especificidades dos Fundos de Pensões;
  - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
  - d) o adequado cumprimento das Normas Regulamentares aplicáveis a Fundos de Pensões, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.; e
  - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

RUA TOMÁS DA FONSECA, CENTRO EMPRESARIAL TORRES DE LISBOA, TORRE G – 5º, 1600 -209 LISBOA, PORTUGAL

TEL.: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: [MAZARSLISBOA@MAZARS.PT](mailto:MAZARSLISBOA@MAZARS.PT)

RUA DO CAMPO ALEGRE, 830, 3º – S14, 4150-171 PORTO, PORTUGAL

TEL.: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: [MAZARSPORTO@MAZARS.PT](mailto:MAZARSPORTO@MAZARS.PT)

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

INSCRIÇÃO Nº 51 NA OROC – REGISTADA NA CMVM SOB O Nº 1254 – CRC LISBOA - NIPC 502 107 251 – CAPITAL SOCIAL 70.405,00 €

## ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração da Companhia, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
  - a verificação do adequado cumprimento das Normas Regulamentares aplicáveis aos Fundos de Pensões, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## OPINIÃO

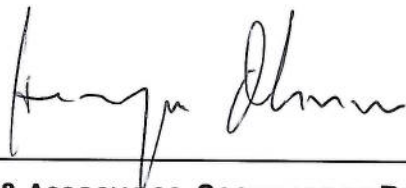
7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Fundo de Pensões BPI Vida PPR**, gerido pela Companhia BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, SA, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões e com as Normas do Instituto de Seguros de Portugal.



**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS**

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 7 de Março de 2014



---

**MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA**

Representada pelo Dr. Henrique José Marto Oliveira - ROC nº 961